

# Lula e ministro dos Transportes apostam em Ferrogrão mesmo se houver revés no STF

(Foto>Reprodução) – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu, da cúpula dos Transportes, um panorama geral sobre o projeto da Ferrogrão e como a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre os limites do Parque Nacional do Jamanxim, localizado no Pará, pode mexer com o futuro da ferrovia.

O projeto foi tema de um encontro entre Lula e o ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta terça-feira (7), no Palácio do Planalto. A ordem é aguardar a decisão do ministro do STF Edson Fachin, que é relator do processo. Independentemente do desfecho, porém, já se avaliam alternativas para manter o projeto nos planos do governo.

Leia mais> [STF retoma julgamento da Ferrogrão nesta quarta-feira; Assista ao Vivo e entenda o que está em jogo](#)

\*[Ferrogrão- Ministro Alexandre de Moraes votou pela liberação da obra e análise do caso é suspenso após pedido de vista do ministro Flávio Dino](#)

O STF retomou na quarta-feira (8) o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que trata de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim. Essa lei reduziu os limites da unidade de conservação, retirando dela uma área de 862 km<sup>2</sup>, com o objetivo de permitir a passagem do traçado da ferrovia. A ação discutida no Supremo foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A sigla entende que, por

alterar áreas de unidades de conservação, a mudança não poderia ser feita por medida provisória, mas somente por lei. Também destaca que o projeto afeta uma área ambiental protegida, onde vivem comunidades indígenas, incluindo povos isolados.

Na semana passada, quando o julgamento foi iniciado, a própria AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o governo, chegou a dizer que a lei seria inconstitucional, porque mudanças feitas no texto pelo Congresso enfraqueceram a proteção ao meio ambiente que estava prevista, fazendo o recorte de áreas, sem compensá-las em outros locais.

Ainda assim, a AGU afirmou que o projeto seria viável, por ter seu traçado redefinido e calibrado para passar ao lado de uma rodovia que já existe no local, a BR-163.

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento da Ferrogrão hoje, 8 de outubro de 2025, mas a análise do caso foi suspensa após pedido de vista do ministro Flávio Dino. O julgamento será retomado em uma data futura ainda a ser definida.

#### **Detalhes da sessão de 08/10/2025:**

- **Votos favoráveis:** O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, votou pela liberação da obra, acompanhado pelo ministro Luís Roberto Barroso.
- **Posição dos ministros:**
  - **Alexandre de Moraes:** Considerou que não há risco de dano ambiental iminente em permitir o avanço do projeto, ressaltando que a implantação da ferrovia ainda dependerá de estudos de impacto ambiental e licenças.
  - **Luís Roberto Barroso:** Acompanhou o relator, sugerindo a criação de condicionantes para que o Poder Executivo restabeleça as áreas protegidas diminuídas.
- **Pedido de vista:** O ministro Flávio Dino interrompeu a

sessão com um pedido de vista, sem anunciar seu voto.

## **Planeta em Transe**

Conforme informações obtidas pela Folha, o posicionamento da AGU causou desconforto em parte do governo, por reforçar um viés visto como obstáculo à construção da ferrovia. Por outro lado, a ideia é demonstrar que os temas estariam, hoje, contaminados, e que o projeto ferroviário já não dependeria da lei ou da redução do Jamanxim.

Todos esses argumentos são refutados pela ala ambiental do próprio governo, que vê no projeto um vetor de aumento de desmatamento e de pressão sobre a região amazônica. Mesmo assim, o projeto sempre foi abraçado por Lula.

Defendida por entidades do agronegócio e grandes empresas de comercialização e logística, como Cargill, Bunge e Amaggi, a Ferrogrão foi lançada no governo de Michel Temer (MDB), mas não conseguiu deslanchar. Novas tentativas ocorreram na gestão de Jair Bolsonaro (PL), com promessas não cumpridas pelo então ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

**Hoje é encampada pelo governo Lula, que tratou de incluir o projeto no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).**

Por lei, uma obra de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, linhas de transmissão e gasodutos, não pode ter impacto direto em uma unidade de conservação de preservação integral, categoria em que se encaixa o Parque Nacional do Jamanxim.

Quando Temer decidiu reduzir o Jamanxim, fez um texto que compensava suas reduções com acréscimo em outras unidades, medida que também foi criticada, já que não se repõe um bioma amazônico com um pedaço de terra do cerrado.

O Congresso, porém, tratou de complicar ainda mais a situação, mantendo no texto apenas a redução do Jamanxim, sem nenhuma compensação.

Com 933 quilômetros de extensão, a ferrovia foi planejada para ligar Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA), para criar um corredor logístico de exportação de grãos e insumos agrícolas, conectando o agronegócio do Centro-Oeste aos portos do Arco Norte.

Nos cálculos do governo, a Ferrogrão poderia reduzir em até 3,4 milhões de toneladas por ano as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), substituindo parte do transporte de cargas feito por caminhões que cortam a BR-163. Até 1,2 milhão de viagens de caminhões por ano deixariam de ocorrer na rodovia.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo com Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 13/10/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>